

Turismo comunitário: diagnóstico das atividades turísticas na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM)

Glaubécia Teixeira da Silva¹
Paula Cristina Pereira Rodrigues Chaves²
Susy Rodrigues Simonetti³



RESUMO

Os estudos sobre o turismo comunitário têm repercutido no cenário mundial desde a década de 1980, apontando essa forma de gestão como uma importante ferramenta para o turismo sustentável. As experiências com o turismo comunitário na Amazônia revelam que os benefícios ultrapassam a conservação da natureza e acrescentam ganhos no fortalecimento da identidade cultural, da inclusão social e do bem-estar das comunidades. Este estudo objetivou diagnosticar a oferta turística do turismo comunitário na Comunidade Bela do Vista do Jaraqui, localizada no perímetro rural do município de Manaus (AM), nos limites da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista. A partir de uma parceria entre a comunidade e a universidade, realizaram-se oficinas participativas e trabalhos de campo para o levantamento dos dados sobre infraestrutura, atrativos culturais e naturais, meios de hospedagem, serviços de alimentos e bebidas, sob uma perspectiva dialética. Os dados foram estruturados e analisados por meio da matriz SWOT. Constatou-se que embora a comunidade receba turistas desde a década de 1980, esta possui histórico de conflitos territoriais, carência de políticas públicas de incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais e paisagísticos para fins turísticos, além da necessidade de ordenamento da atividade turística.

Palavras-chave: Turismo. Comunidade ribeirinha. Uso público. Unidade de Conservação. Amazônia.

1 Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. E-mail: gtsilva@uea.edu.br.

2 Professora Assistente do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestra em Sociedade e Cultura Amazônia. E-mail: pchaves@uea.edu.br.

3 Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. E-mail: ssimonetti@uea.edu.br.

ABSTRACT

Studies about community tourism have reverberated on the world stage since the 1980s, pointing this form of management as an important tool for sustainable tourism. Experiences with community tourism in the Amazon reveal that the benefits go beyond nature conservation and add gains in strengthening cultural identity, social inclusion and the well-being of communities. This study aimed to diagnose the tourist offer of community tourism in the Bela do Vista do Jaraqui Community, located in the rural perimeter of the Manaus city (AM), within the limits of the Puranga Conquista Sustainable Development Reserve (RDS). Based on a partnership between the community and the university, participatory workshops and field work were carried out to collect data on infrastructure, cultural and natural attractions, means of accommodation, food and beverage services, from a dialectical perspective. The data were structured and analyzed using the SWOT matrix. It was found that although the community has received tourists since the 1980s, it has a history of territorial conflicts, a lack of public policies to encourage the sustainable use of natural and landscape resources for tourism purposes, in addition to the need to organize tourism activities..

Keywords: Tourism. Riverside community. Public use. Conservation Unit. Amazon.

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno socioeconômico que vem se fortalecendo e ganhando visibilidade como alternativa para promover o desenvolvimento econômico e outros benefícios de naturezas diversas nas regiões detentoras de potencial turístico, como é o caso da Amazônia brasileira. Esta região possui uma extensão territorial de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a 61% do território brasileiro, onde vivem 27,8 milhões de pessoas (IMAZON, 2020). A Amazônia Legal é rica em sociobiodiversidade, e devido a sua imensa riqueza, essa região tornou-se um território cobiçado, exercendo verdadeiro fascínio sobre o imaginário dos turistas brasileiros e estrangeiros.

De acordo com Sansolo (2003), a partir da década de 1970, a Amazônia passou por um processo de reorganização que desencadeou uma série de projetos de desenvolvimento econômico colocando a região em uma posição de destaque na produção industrial. Tal fato desencadeou impactos socioambientais tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanizadas.

Como estratégias de proteção desse imenso território foram criadas, a partir da década de 1980, políticas públicas ambientais no intuito de coibir o desmatamento no longo prazo (IMAZON, 2019). Dentre essas políticas, houve investimento na criação de Unidades de Conservação (UCs), divididas em duas categorias principais, de proteção integral e de uso sustentável, nas quais, observadas as exceções, é permitida a realização da atividade turística.

O turismo adequado para esses espaços naturais, de acordo com o Imazon (2020), é aquele capaz de promover o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, em contraposição às atividades produtivas potencialmente degradantes como a extração de produtos madeireiros, a mineração e a agropecuária. Para isso, o turismo sustentável deverá conduzir a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas das comunidades que recebem fluxos turísticos, possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida (OMT, 2003). Segundo Magalhães (2002, p. 89), “a ideologia do Turismo Sustentável traz na sua base a preocupação com a conservação do meio físico e das formas de organização social das comunidades receptoras, seus usos, costumes e tradições, assim como a sua participação nas fase do planejamento”.

Dessa forma, as áreas protegidas tornaram-se os espaços ideais para a implementação do turismo sustentável. Contudo, a criação das UCs na região do Baixo Rio Negro (AM), na qual está localizada a Comunidade Bela Vista do Jaraqui, trouxe consigo transformações socioespaciais que forjaram novas territorialidades humanas às quais as comunidades tradicionais existentes buscaram se adaptar. Viver em uma UC tornou-se um exercício de resiliência para os moradores estabelecidos nos seus territórios anteriormente à criação desses espaços, pois as normas legais não observaram o modo de vida dos ribeirinhos e de outras populações tradicionais pré-existentes. Dessa forma, surgiram muitos conflitos socioambientais de múltiplas causas e a necessidade de (re)pensar o território amazônico e suas dinâmicas.

As comunidades tradicionais localizadas nas margens do rio Negro, no Amazonas, há décadas vivenciam verdadeiras lutas em defesa dos seus territórios, seja em virtude da grilagem de terras, mineração ou da pesca comercial predatória. Na tentativa de conciliar os interesses institucionais aos interesses sociais, em que pese a obediência às normas legais que definem as condutas dentro das UCs, o turismo apresenta-se nesse cenário conflituoso como uma alternativa de desenvolvimento.

Embora seja um caminho para o uso sustentável dos recursos, a prática do turismo como atividade econômica pode gerar efeitos indesejados às comunidades receptoras e aos seus territórios, isso ocorre porque o turismo não é necessariamente desejável ou viável em todas as comunidades. Para evitar que as consequências desastrosas sejam evitadas ou, ao menos, minimizadas, faz-se necessária, sobretudo, a participação e o envolvimento dos comunitários no processo de desenvolvimento da atividade turística.

Dentre os tipos de turismo mais adequados às características da região amazônica, estão o ecoturismo e o turismo cultural e, nesse contexto, tem emergido o chamado turismo comunitário, que pressupõe na sua essência o protagonismo das comunidades no planejamento e execução das atividades turísticas e o recebimento dos benefícios por todos os envolvidos. Por outro lado, Sansolo e Bursztyn (2009), Simonetti et al (2018) apontam essa forma de gestão - do turismo comunitário - como uma atividade cuja motivação da demanda turística se dá por meio do conhecimento sobre o modo de vida do comunitário e das relações deste com a natureza. Essa forma de gestão pode despertar nos indivíduos valores relacionados à educação ambiental, intercâmbio cultural e, principalmente, mudança de visão sobre a natureza, intensificando e estreitando os laços entre ambos.

No Amazonas, algumas comunidades adotaram o termo turismo comunitário na autodefinição da atividade turística em seus espaços, sejam ribeirinhos ou indígenas, percebendo o turismo como alternativa econômica. Dessa forma, questiona-se: quais atrativos, produtos e serviços turísticos fazem parte da oferta turística da Comunidade Bela Vista do Jaraqui? Como se configuram e quem está envolvido nas atividades denominadas turismo comunitário?

Diante deste cenário, este trabalho objetivou diagnosticar a oferta turística do turismo comunitário na Comunidade Bela Vista do Jaraqui. Para tanto, por meio de uma abordagem dialética, a universidade, demandada pela própria comunidade, iniciou um trabalho em 2014 e desde então, vem realizando levantamentos com trabalhos de campos em parceria com a comunidade, apoiando o desenvolvimento do turismo e, cumprindo assim, sua missão extensionista.

Entretanto, por mais que a essência do turismo comunitário seja experienciar o modo de vida comunitário, é necessário que a atividade seja construída por meio da sensibilização para a importância da organização social, valorização dos recursos naturais e culturais e da capacitação de práticas adequadas à qualidade na prestação dos serviços oferecidos. O turismo deve ainda valorizar os aspectos culturais, sociais e ambientais de forma sustentável, envolvendo os comunitários que desejam trabalhar com o turismo nesse processo.

TURISMO COMUNITÁRIO: CONCEITUAÇÕES

O adequado planejamento e a estruturação do turismo comunitário exige o envolvimento dos moradores locais na gestão do mesmo. Por ser considerado uma forma alternativa de gestão, difere-se das práticas turísticas convencionais que, em grande medida, apresentam-se degradadoras dos espaços, subjungando as estruturas sociais e as relações endógenas, a condição de dependência das ações dos agentes externos como os gestores públicos, *trade* turístico e organizações do terceiro setor, para promover o desenvolvimento turístico. Entretanto, exige-se cautela na conceituação do turismo comunitário, de modo a não transformá-lo em panaceia. A análise desse fenômeno requer o uso de lentes que permitam enxergar para além dos benefícios econômicos e da ideia utópica de uma atividade cujas bases se alicerçam em uma estrutura social completamente harmoniosa.

Os conflitos fazem parte das dinâmicas sociais, é da natureza humana a busca pela convivência, pois, os seres humanos dependem biológica e psicologicamente uns dos outros para sobreviverem, entretanto, os conflitos são inevitáveis, pois, é parte inerente do *modus vivendi* em sociedade.

O ato constitutivo do capitalismo moderno foi a separação entre os negócios e o lar — o que significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sua sobrevivência. Esse duplo ato libertou as ações voltadas para o lucro, e também aquelas voltadas para a sobrevivência, da teia dos laços morais e emocionais, da família e da vizinhança — simultaneamente esvaziando tais ações de todo o sentido de que eram, antes, portadoras. (BAUMAN, 2003, p. 32)

Numa perspectiva cartesiana, o turismo convencional é visto como solução para todos os males, especialmente nas áreas naturais protegidas, pois, seus impactos teoricamente seriam mínimos ou poderiam ser compensados pelo maior retorno econômico, que se converteria em estruturas promotoras do bem-estar social: seja contra a desvalorização das culturas ou como alternativa às atividades produtivas degradadoras do ambiente (desmatamento, mineração, agropecuária entre outras), seja no combate ao desemprego e à falta de meios para a obtenção de renda ou contra o atraso econômico. Entretanto, a forma de turismo que se estabelece nas comunidades quase sempre desconsidera os indivíduos e as suas territorialidades constituídas, as relações existentes entre os agentes promotores do turismo e as pessoas são meramente comerciais.

Sobre os estudos relativos ao Turismo de Base Comunitária (TBC) estes ganharam um fôlego na última década, nos países em desenvolvimento, como o Brasil e, timidamente, na Amazônia brasileira. Encontram-se algumas experiências em diferentes países, que somadas aos estudos científicos começam a dar corpo ao seu conteúdo.

O conceito do turismo de base comunitária surge a partir da combinação de características de outros conceitos evidenciados como o de ecoturismo, turismo sustentável, turismo cultural, etnoturismo, turismo comunitário sustentável, turismo de base local, turismo rural comunitário dentre outros.

Bursztyn (2014, p 60), aponta que o turismo comunitário nasceu de um movimento de resistência, em que os comunitários rurais, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, dentre outros, se organizaram “oferecendo um modo alternativo para os turistas” para não ficarem na eminência de “perder seus direitos de existência e de simples manutenção do seu modo de vida”.

Na percepção de Irving (2009, p.108), “a reflexão sobre turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas”. Para a autora, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo, e supõe que [...] o turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquela prática que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p.111).

Bursztyn (2014) observa principalmente o quanto é sublime esta relação do homem com a natureza e a possibilidade de outras culturas trocarem experiências com povos que se relacionam com ela de uma forma não tão devastadora como os que vivem em uma sociedade extremamente capitalista: "Para muitos viajantes, o interesse em conhecer realidades diversas está atrelado a essa experiência mais completa e a responsabilidade destes com a sustentabilidade do modo de vida local".

A falta de contato e convívio com as pessoas do lugar e o isolamento em "ilhas de paraíso" impedem uma experiência mais rica completa, onde apenas os aspectos naturais são valorizados em detrimento de uma maior relação com as manifestações culturais locais e o cotidiano da localidade visitada. Para muitos viajantes, o interesse em conhecer realidades diversas está atrelado a essa experiência mais completa e a responsabilidade destes com a sustentabilidade do modo de vida local (BURSZTYN, 2014, p. 61).

Logo, poderíamos também considerar tais atividades como turismo comunitário, pois a principal motivação dessa demanda turística é o conhecimento sobre modo de vida do comunitário, além da relação com a natureza, valores como conscientização ambiental, intercâmbio cultural e principalmente mudança de visão sobre a natureza intocada intensificando os valores da relação do homem com a natureza, são uns dos objetivos desta atividade.

Ainda com relação ao conceito de turismo de base comunitária, vale recorrer a Bursztyn e outros (2009), segundo os quais: [...] o turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino (BURSZTYN, BARTHOLLO, DELAMARO, 2009, p.86).

O turismo promovido pelas populações tradicionais na Amazônia vem se caracterizando como um processo diferenciado no qual o turismo, além de uma fonte de renda alternativa, torna-se também uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas dessas comunidades. Frequentemente encontramos projetos de desenvolvimento do turismo associados a projetos de conservação ambiental, decorrentes de articulações políticas em diversas escalas (SANSOLO, 2003).

Os autores supracitados, além de destacarem a forma alternativa, ressaltam, também, a menor densidade de infraestrutura e serviços quando da ocorrência do turismo de base comunitária entendendo que esta prática estaria mais situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar.

Contudo, é importante salientar que mesmo não havendo a necessidade de grandes esforços na oferta de infraestrutura turística, quando comparada a oferta do turismo convencional, o turismo comunitário, como qualquer produto ou serviço turístico, precisa reunir elementos para atender de forma satisfatória o turista sem deixar de levar em consideração a preservação dos os elementos culturais e naturais que compõe o turismo comunitário.

De acordo com o MTur (2010) a oferta turística, independente das formas diferentes de produtos e serviços, devem atender as expectativas do turista e estar de acordo com a percepção do valor pago, logo partimos do princípio que, os produtos e serviços turísticos de base comunitária, além de buscar valorizar e vincular os aspectos naturais e culturais ao

serviço turístico, devem agregar componentes necessários como, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, informação, entre outros (SOARES, 2012).

De acordo com Porto (2014) o turismo comunitário “configura-se num potencial arranjo de atividades econômicas que podem ser exploradas a partir do envolvimento e da participação dos agentes comunitários” e a sustentabilidade econômica só será plena se houver a satisfação dos turistas (consumidores).

Dessa forma, o apoio das instituições na organização e planejamento das atividades são importantes no primeiro momento, porém a participação dos comunitários envolvido nas atividades turísticas se faz necessária para a continuidade dos projetos implementados.

Frequentemente, sujeitos externos funcionam como “indutores” do TBC e, em alguns casos, podem gerar dependência. Contudo, se a iniciativa não tiver motivação endógena, uma organização social e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local, ou seja, o alicerce do turismo de base comunitária. Cruz (2001, p.101) afirma que “[...] o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemônicos”. Por fim, essas reflexões teóricas que embasam a presente proposta ganham relevância a partir de oportunidades que as pessoas recebem e conseguem fortalecer os seus potenciais, investindo, sobretudo, na formação de capital humano e de capital social, requisitos fundamentais para alcançar um desenvolvimento local e sustentável (KRONEMBERGER, 2011).

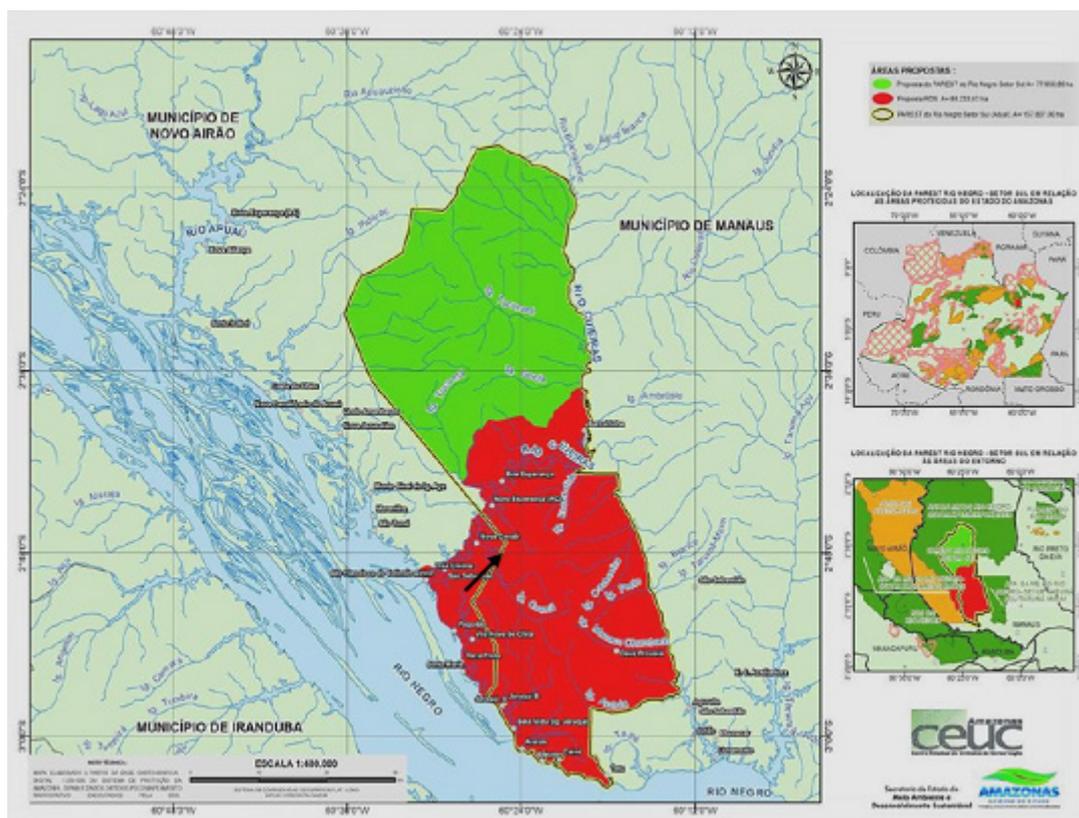
Fazer com que as comunidades sintam orgulho de pertencer a um determinado grupo social, a uma determinada região, superar o sentimento de inferioridade em relação a outros grupos e poderem mostrar o modo como vivem, é fundamental para manterem vivas suas culturas. O que é reforçado nas palavras de Santos (2009, p. 339), segundo o qual “a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade”.

ÁREA DE ESTUDO

A comunidade Bela Vista do Jaraqui é o locus do presente estudo, está localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista (FIGURA 1), na área rural do município de Manaus, no estado do Amazonas. Situada na margem esquerda do Rio Negro, a aproximadamente 40 km em linha reta da zona urbana, seu acesso se dá unicamente por via fluvial.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista, foi criada pela Lei Estadual N° 4015 de 24/03/2014, com aproximadamente 76.936 hectares, possui ao todo 15 comunidades: além da comunidade Bela Vista do Jaraqui, fazem parte as comunidades, Deus Proverá, Tatulândia, Caióé, Baixote, Araras, Santa Maria, Terra Preta, Vila Nova do Chita, Pagodão, e Barreirinha, Boa Esperança, Nova Esperança, São Francisco do Solimõeszinho Nova Canaã. A RDS é formada por partes da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho, e principalmente (85%) de partes do Parque Estadual (Parest) do Rio Negro Setor Sul (FURTADA, ITABORAHY, 2014).

Figura 1: Localização do PAREST RNS Sul e RDS Puranga Conquista – CEUC/SDS - 2014



Fonte: Amazonas, 2016.

Situada às margens do lago Jaraqui, a comunidade Bela Vista do Jaraqui é possuidora de uma beleza cênica que lhe destaca das demais comunidades dos arredores. A comunidade se encontra em uma área elevada e se defronta com uma pequena ilha, criando um cenário de grande venustidade. Com cerca de 120 famílias, com aproximadamente 349 pessoas. Além das atividades e empreendimentos turísticos, a comunidade reúne diversas atividades econômicas relacionadas às vendas oriundas da produção excedente da agricultura e da pesca, produção de espetos desenvolvida por parte das famílias da comunidade, artesanato com destaque para a produção de bijuterias e de utensílios de barro e cerâmica, produção de vassouras, de balas e beneficiamento de frutas, venda de cosméticos, fármacos e de roupas, pontos de vendas de mercadorias como quiosques que comercializam alimentos e produtos de limpeza e higiene, bares, vendas esporádicas de lanches, viveiros de peixes, vendas de produtos como combustível e gás de cozinha, serviços de carpintaria, movelaria e de eletricidade (CHAVES, 2016).

A atividade turística sempre foi desenvolvida na comunidade, mas se intensificou, principalmente pelo fato, da comunidade ter recebido a categoria de unidade de conservação em dois momentos de sua trajetória, primeiro de Parque Estadual, em 1995 e posteriormente de RDS, em 2014. A participação e as influências dos órgãos gestores aliados aos objetivos de preservação ambiental, apontaram a atividade turística como uma oportunidade de preservação ambiental e cultural e como forma de geração de renda aos comunitários. Hoje 5 famílias e parte dos moradores atuam diretamente nas atividades turísticas da comunidade.

Parte das atividades do passado que geravam renda foi proibida após a criação do PAREST do Rio Negro Setor Sul, cuja categoria não permitia a permanência das populações humanas,

dessa forma, o modo de vida dos moradores entrou em conflito, como também, as atividades de cultivo da roça, caça e pesca. As tensões foram reduzidas após a recategorização da UC para RDS. Logo, pequenas plantações de frutas, de vegetais, entre outras e criação de animais são presentes na forma de subsistência, para o uso da família e em algumas situações para troca que, eventualmente acontece de forma esporádica entre familiares ou amigos (CHAVES, 2016).

A comunidade Bela vista do Jaraqui faz parte do Roteiro Turismo Comunitário no Rio Negro – Tucorin, esse roteiro constitui-se de ações de fortalecimento institucional, preservação ambiental, produções sustentáveis e ecoturismo nas comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas. A promoção é realizada por organizações do terceiro setor e pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – Amazonastur, além dos órgãos ambientais, estadual e municipal. Atualmente, o roteiro inclui 6 comunidades da margem esquerda do Rio Negro: São João do Tupé e Colônia Central, Julião, ambas na RDS do Tupé; Bela Vista do Jaraqui e Nova Esperança, localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista; e São Sebastião do Rio Cuieiras, localizada na Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro (SILVA, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para atender o objetivo desta pesquisa em realizar um diagnóstico da oferta turística, verificando o potencial do turismo comunitário da comunidade Bela Vista do Jaraqui, compreenderam os estudos descritivos e exploratórios e as abordagens, quantitativa e qualitativa, com intuito de apresentar a realidade turística encontrada na comunidade Bela Vista do Jaraqui. De acordo com Marconi e Lakatus (2003), os estudos que combinam o exploratório e descritivo se propõe a descrever por completo um estudo de caso, por exemplo. Para tanto, foi necessário utilizar a abordagem quantitativa.

Os procedimentos técnicos utilizados para o levantamento das características do local aonde a atividade turística acontece, consistiu inicialmente em, inventário turístico, cuja metodologia é baseada na proposta criada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1978 e também desenvolvida pelo Ministério do Turismo (MTur). O inventário consiste em levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outras condições gerais que viabilizam a atividade turística. A OMT considera o inventário turístico como um instrumento valioso de planejamento tanto setorial quanto territorial a partir do qual se pode realizar avaliações e estabelecer prioridades no sentido de nortear as tomadas de decisões e orientar o melhor uso dos recursos (MAGALHÃES, 2002).

Para a aplicação do inventário turístico, foram utilizados formulários de entrevista semiestruturado, afim de obter de forma quantitativa e qualitativa os tipos de serviços e atrativos que a comunidade oferece, como também, as condições, fragilidades, forças, necessidades, entre outras informações que substanciasse a elaboração do diagnóstico pretendido. Vale ressaltar que, a observação tanto dos espaços como dos ambientes fizeram presentes durante todo o processo de levantamento.

Para a construção do diagnóstico, utilizou-se a matriz SWOT a fim de realizar a análise situacional turística da comunidade e fazer o cruzamento dos fatores identificados. A sigla SWOT é originária do idioma inglês, (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) e

é um acrônimo de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, essa técnica pode ser utilizada para a avaliação de desempenho na gestão de cadeias produtivas das mais variadas atividades econômicas, pois, permite identificar aspectos importantes dos ambientes interno e externo e além de possibilitar a geração de uma análise situacional do objeto estudado para fins de planejamento e gestão.

Evidentemente, as particularidades regionais exigiram a adaptação dos métodos e técnicas de pesquisa, dessa forma utilizou os roteiros de observação e perguntas e dirigidas à comunidade, os instrumentos foram elaborados de acordo com a realidade encontrada, em que aspectos sobre a infra estrutura turística e básica, alimentos e bebidas, hospedagem, atrativos culturais e naturais, foram verificados, além da verificação sobre as participações externas relacionadas a comunidade. Durante o processo de levantamento e da realização do projeto, entre os anos de 2018 e 2020, a convivência com a comunidade foi intensa, onde foi possível verificar de forma aprofunda as questões relacionadas as atividades praticadas do turismo, além do levantamento, foram realizados 4 minicursos e 2 oficinas com as temáticas: sensibilização para o TBC, planejamento do Sistema de Trilhas, mapeamento das trilhas, uso de GPS, mapeamento das estruturas da comunidade, mapa mental dos atrativos da comunidade que corroboraram com as informações necessárias desta pesquisa. Todas as oficinas e minicursos contaram com a participação dos moradores – tanto os que já exploravam o turismo quanto aqueles interessados em participar futuramente – esses sujeitos forneceram informações sobre o histórico, características, localização dos empreendimentos turísticos, sobre as necessidades e expectativas coletivas relativas ao turismo. Para fins de elaboração do diagnóstico foram considerados os fatores intrínsecos e externos referentes aos atrativos naturais e culturais, meios de hospedagem, alimentos e bebidas e organização social.

DIAGNÓSTICO DO TURISMO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento realizado a partir da pesquisa qualitativa, identificou na comunidade 05 famílias que recebem durante o ano inteiro grupos de turistas para conhecerem o modo de vida da comunidade e praticarem atividades como: caminhada na selva, passeio de canoa, sobrevivência na selva, conhecimento sobre plantas medicinais, entre outras. Essas atividades além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias dão apoio às empresas formais existentes no mercado turísticos, tais como agências de viagens, operadoras, transportadoras, entre outras.

Por entender que as atividades associadas dependem praticamente da demanda da própria comunidade, enfatizamos os estudos fragilidades e forças relacionadas diretamente ao turismo, objetivando fortalecer inicialmente as estruturas da prestação do serviço para, futuramente, iniciarmos um trabalho de fortalecimento das bases organizacionais do turismo de base comunitária, caso seja de interesse da comunidade.

Os problemas diagnosticados a partir das atividades turísticas ofertadas pelas famílias receptoras, consistem-se em fragilidades de várias naturezas que apontam para a necessidade de planejamento e organização do turismo, principalmente na área de capacitação profissional, e o fortalecimento das discussões científicas sobre a realidade do turismo nessa comunidade.

A infraestrutura básica, identificada a partir da aplicação do roteiros de perguntas contendo questões abertas e fechadas, é composta de uma escola municipal, um poço artesiano, um posto de saúde, fossa aberta e pedra sanitária. A energia elétrica provém de dois grupos geradores, sendo um da escola e outro da comunidade, problemas com litígios de terrenos particulares localizados no entorno da RDS dificultam a continuidade dos trabalhos de implantação do programa federal Luz para Todos. Em relação à infraestrutura voltada ao turismo, ainda não há as estruturas essenciais para o receptivo tais como centro de recepção de visitantes, centro de vendas de artesanato, condutores treinados, porém, foi identificada na comunidade trilha terrestre e aquática, artesanato em fibras vegetais e sementes, beleza cênica (cachoeira), culinária regional e acampamento na selva.

Segundo os relatos dos líderes da comunidade Bela Vista do Jaraqui, já aconteceram algumas ações relacionadas ao turismo como: o Inventário Turístico realizado em 2003 por alunos do curso de Turismo de uma universidade particular de Manaus e uma Oficina de Sensibilização para o Turismo realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-AM). Em 2006 foi realizado o Roteiro Turístico para Visitação no Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul, organizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), em 2011 foi realizada uma Oficina de Planejamento do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Bela Vista do Jaraqui coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Em 2014, foram realizadas atividades de levantamento das características da oferta turística da Comunidade por meio do projeto “Turismo Comunitário: promovendo o desenvolvimento local na Comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM)” cujos dados foram atualizados durante o trabalho de campo do projeto denominado “Turismo na Comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus – AM): preparando para receber o turista”, o qual deu continuidade ao projeto iniciado em 2014 e originou a produção do diagnóstico em tela.

Os fatores internos, relativos a atividade turística na Comunidade Bela Vista do Jaraqui, são compostos pelas variáveis fragilidades e forças, conforme apresentado no Quadro1:

Quadro 1 – Forças e fragilidades observadas na Comunidade Bela Vista do Jaraqui

Categorias	Forças	Fragilidades
Alimentos e Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta espaço para refeições em ambiente que retrata a vida da comunidade; • Parte da comunidade apresenta qualificação na área de alimentos e bebidas; • Há a utilização de alguns alimentos produzidos pela comunidade nos preparos dos pratos como, farinha, verduras e frutas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de restaurante na comunidade que atenda uma quantidade maior de turistas ou visitantes; • Carência em novos cursos de aperfeiçoamento que apresentem novas técnicas no manuseio e preparo de novos pratos; • Poucos conhecimentos na área financeira; • Uma parte dos pratos são preparados com alimentos de fora da comunidade; • Carência de utensílios artesanais locais para apresentação dos pratos.

<p>Meios de hospedagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa de alojamento (redário); • Capacidade de acomodar pessoas nas residências dos moradores; • Hospitalidade dos moradores quando se trata da acomodação nas suas residências; • As acomodações possibilitam a vivência do cotidiano dos moradores da comunidade, e um maior contato com a natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de acomodações adequadas às necessidades do turista, como guarda-volumes, uma mesa para suas refeições (redário). • Ausência de instalações sanitárias adequadas às necessidades dos turistas; • Necessidade de capacitação para gerenciamento de pequenos empreendimentos.
<p>Atrativos culturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de vida na comunidade como potencial atrativo; • Existência de produção de artesanato; • Ruínas da capela com potencial para visitaçãõ; • Moradores com aptidão para a produção de artesanatos; • Capacitação para a produção de artesanato com sementes naturais e produção de balas de chocolate; • Saberes e fazeres tradicionais no que tange à plantação de árvores frutíferas e plantas medicinais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de estruturação dos atrativos culturais; • Carência de diferenciação dos produtos artesanais em relação aos produtos concorrentes de Manaus; • Tradição da fabricação de farinha deixando de ser praticada; • Diminuição da produção artesanal da farinha; • Pouco aperfeiçoamento do artesanato com sementes naturais; • Ausência de planejamento da produção do artesanato de acordo com a demanda; • Alto preço do artesanato; • Necessidade de incentivos à produção do artesanato local; • Carência de estrutura e recursos financeiros para a realização de eventos; • “Processo de perda” da identidade ribeirinha.
<p>Atrativos naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Grande apelo natural e beleza cênica; • Interesse dos comunitários em trabalhar com a atividade turística; • Preservação da natureza (rios, igarapés, cachoeiras, trilhas e etc.); • Presença de plantas medicinais ao longo das trilhas; • Diversidade dos atrativos naturais: como a fauna, flora, rios, cachoeiras, igarapés, grutas e trilhas; • Práticas de sensibilização ambiental feito pelos condutores locais para os visitantes; • Diversidade de atividades desenvolvidas como: canoagem, acampamento na selva, focagem de jacarés, observação de pássaros e borboletas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não possui material de divulgação dos atrativos para os visitantes; • Baixa integração entre as famílias que trabalham com a atividade turística; • Carência de qualificação e atualização de cursos; • Inexistência do controle da capacidade de carga nas trilhas; • Ausência de roteiros pré-definidos com estipulação de tempo; • Carência de espaço e conhecimentos em primeiros socorros; • Poucas informações de segurança nos atrativos; • Carência de equipamentos de segurança; • Ausência de instalações sanitárias adaptadas no decorrer das trilhas;

		<ul style="list-style-type: none"> • Falta de manejo de trilhas; • Necessidade de capacitação em idiomas.
Atrativos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Existência da Associação de moradores; • Participação comunitária nos órgãos colegiados (conselhos gestores); • Interesse nos cursos de aperfeiçoamento; • Existências de grupos formais e informais representativos de diversos segmentos; • Capacitação para a formação de cooperativas; • Envolvimento e apoio da comunidade para os projetos de desenvolvimento local; • Parceria com organizações do Terceiro Setor; • Iniciativas empreendedoras (produtos associados ao turismo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos de interesses entre os diferentes grupos comunitários; • Disputa pelos grupos de visitantes; • Carência de recursos para os projetos coletivos; • Descontinuidade dos projetos; • Atraso no retorno dos benefícios à comunidade.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

O turismo comunitário baseado no fortalecimento das organizações intracomunitárias se mostra como alternativa econômica que permite às comunidades ofertarem serviços turísticos e de serem as maiores beneficiadas com essa prática. Os aspectos analisados demonstraram pontos fortes que elevam potencialmente as atividades turísticas realizadas. Nos atrativos culturais e naturais, meios de hospedagem e serviços de alimentos e bebidas foram verificados valores simbólicos que refletem as relações endógenas da cultura e do *modus vivendi* da comunidade nas atividades desenvolvidas, além de apresentarem uma infraestrutura básica para o desenvolvimento das atividades com o espaços para as refeições em ambientes que retratam a vida da comunidade, parte da comunidade recebeu qualificação na área de alimentos e bebidas o que estimulou o uso de alguns produtos locais como a farinha, verduras e frutas no preparo dos alimentos.

Entretanto, identificaram-se fraquezas em situações como: ausência de estruturas próprias para o desenvolvimento de algumas atividades turísticas como restaurantes que possam atender uma quantidade maior de turistas ou visitantes, insuficientes ações de capacitação ou formação profissional para o turismo especialmente aqueles relacionados às técnicas de manuseio e preparo de novos pratos, visto que alguns insumos tem origem externa e há carência de utensílios artesanais locais para a apresentação dos pratos de forma original – o apoio recebido de instituições públicas ou do terceiro setor apresentaram dificuldades quanto à aplicabilidade, à formatação de novos produtos e à gestão das atividades de forma a promover o protagonismo comunitário na condução do turismo.

A oferta de meios de hospedagem é constituída de dois empreendimentos particulares e um redário. Um fator favorável é a hospitalidade dos comunitários quando recebem os visitantes nas suas casas o que permitem um contato com o cotidiano dos moradores locais. Como fragilidades observou-se que o redário não possui acomodações adequadas para a comodidade dos turistas, como a disponibilidade de um guarda-volumes e instalações sanitárias, dessa forma constatou-se a necessidade de capacitação voltada para a gestão de pequenos empreendimentos.

Os atrativos culturais são elementos imprescindíveis para o turismo comunitário, pois, a cultura local possibilita inúmeras alternativas de uso dos recursos culturais como atrativos: o modo de vida, o artesanato, as construções (moradias, ruínas, barcos), os saberes e fazeres tradicionais, a historicidade do lugar e as relações socioespaciais estabelecidas constituem as territorialidades produzidas socialmente. O artesanato é uma atividade desenvolvida por pequenos grupos familiares que produzem diversificados tipos de produtos: colares, pulseiras, brincos confeccionados com sementes naturais, utensílios de cozinha e objetos de decoração entalhados em madeira. Além do artesanato, a produção de balas de chocolate e de cosmético são atividades que possibilitam um complemento da renda dos moradores.

Como fragilidades relativas aos atrativos culturais destaca-se a necessidade de planejamento da produção artesanal que permita a diversificação dos produtos, estimulando o uso de matéria prima local, ao mesmo tempo incentivando a manutenção das tradições e costumes frente ao processo de abandono das práticas que caracterizam a cultura ribeirinha. A formatação de produtos carece de melhoria da qualidade para a ampliação da competitividade com outras localidades concorrentes. A carência de assistência e apoio técnico de instituições como o Sebrae e os órgãos gestores da RDS Puranga Conquista para melhoria dos preços, formatação de novos produtos e ampliação dos canais de comercialização são outras fragilidades observadas. Os eventos comunitários tradicionais como os campeonatos de futebol, eventos religiosos e festivais gastronômicos, necessitam ser estimulados como forma de integração social e também atrativo cultural.

Dentre os aspectos positivos relativos aos atrativos naturais destacam-se a beleza cênica, a paisagem preservada em virtude do alto nível de conscientização dos moradores – a comunidade possui Agentes Ambientais Voluntários (AAV) que são os guardiões daquela região, embora realizem esse trabalho com escassos recursos – e o interesse destes no aproveitamento dos recursos naturais para a prestação de serviços turísticos como os roteiros que incluem as trilhas, os passeios de canoa pelos rios e igarapés, as visitas a cachoeira, focagem de jacaré, observação de pássaros além da existências de muitas plantas medicinais utilizadas para diversos fins a partir dos conhecimentos tradicionais dos moradores. O rio é meio de transporte e fonte de sustento dos ribeirinhos, é o elo que aproxima as pessoas da natureza em busca de refúgio das grandes cidades, por esses motivos o turismo se tornou uma alternativa de ganho financeiro e de valorização do patrimônio natural.

Embora existam condições favoráveis ao aproveitamento dos recursos naturais, existe a necessidade de ordenamento da atividade turística com a adoção de boas práticas do turismo sustentável como o controle da capacidade de carga, da formatação de produtos com qualidade e segurança, especialmente com o planejamento de trilhas interpretativas, criação de materiais de divulgação e informação, capacitação profissional para tornar as atividades turísticas mais seguras, além dos cursos de idiomas, conforme foi apontado pelos moradores como um entrave para a melhor prestação dos serviços. Identificou-se a necessidade de criação de um plano de manejo para a exploração madeireira em virtude dos impactos negativos oriundos desta prática.

Foram identificadas 5 famílias que desenvolvem a atividade turística, estas recebem grupos de turistas que visitam a comunidade para conhecer o modo de vida e o espaço natural onde está localizada, entretanto, há disputas internas em virtude de poucas famílias serem beneficiadas pelo turismo.

Os aspectos positivos referentes a organização social tratam do envolvimento e engajamento dos comunitários com as questões coletivas, embora haja conflitos, há significativa representatividade dos moradores nas instâncias e órgãos colegiados como os Conselhos gestores, grupos internos de pescadores, artesãos, empreendedores e outros pequenos grupos que reúnem interesses em comum e se mobilizam em prol de conquistas coletivas. As diversas formas de organização social existentes na comunidade Bela Vista do Jaraqui são imprescindíveis para a formação do capital social local (BOURDIEU, 2001), e não estão restritas às relações parentais ou de proximidade espacial, inclui os âmbitos econômico e social por serem indissociáveis e interdependentes (SILVA, 2016).

A interação com a comunidade é essencial para a implementação de projetos, a predisposição dos comunitários para participarem das atividades e ações para a melhoria da atividade turística, bem como, para a realização das oficinas, minicursos, reuniões e da atualização do inventário foi elementar no fornecimento de informações sobre o turismo local.

Na análise dos fatores externos referentes ao turismo na Comunidade Bela Vista do Jaraqui, as variáveis avaliadas foram delimitadas em ameaças e oportunidades conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Oportunidade e ameaças relativas ao turismo na Comunidade Bela Vista do Jaraqui:

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de projetos de desenvolvimento do turismo; • Incipientes iniciativas de ordenamento turístico; • Localização na zona rural de Manaus; • A comunidade está inserida na principal rota turística do Baixo Rio Negro; • A comunidade integra o Roteiro Tucorin; • Aumento da demanda pelo turismo comunitário; • Turistas mais conscientes; • Parcerias com empresas turísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso, apenas meio fluvial; • Precário sistema de comunicação. • Fiscalização insuficiente no combate das atividades prejudiciais ao ambiente. • Caça e pesca predatórias; • Mineração fora dos padrões legais • Grilagem de terras • Turismo convencional gera desigualdade e riscos; • Oferta de bens e serviços locais limitada; • Carência de planejamento turístico; • Baixo índice de acesso ao crédito.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

As ameaças ao desenvolvimento do turismo consistem nas ações de agentes externos ou circunstância que dificultam o desenvolvimento do turismo, como a ação de pescadores comerciais, madeireiros, mineradoras, agências de viagens e hotéis que exploram os recursos naturais e paisagísticos sem necessariamente promover benefícios aos moradores locais, além de comprometerem a existência futura desses recursos, a dificuldade de fiscalização pelos órgãos gestores contribui para o aumento do risco de especulação imobiliária, pesca predatória, prejuízo às práticas de usos tradicionais do solo, fauna, flora e recursos hídricos.

A principal fonte de financiamento dos microempreendedores são os bancos públicos e agências de fomento, no entanto, as condições de acesso tornam-se fator impeditivo. O baixo índice de acesso ao crédito se dá em virtude das burocracias processuais e a exigência de bens como garantia que inviabilizam as iniciativas empreendedoras e desenvolvimento dos negócios existentes, o fato dos empreendimentos estarem localizados em uma UC não permite a emissão de títulos de propriedade definitiva dos imóveis que poderiam ser utilizados como garantia dos financiamentos.

O acesso à comunidade certamente é um dos fatores que dificultam os fluxos de visitantes e também a circulação de produtos, o acesso se dá somente por meio fluvial, seja pelo transporte regular de barcos ou fretamento de lanchas rápidas. O sistema de comunicação é um ponto crucial para o turismo, no entanto, a comunidade sofre com as constantes falhas nos serviços de telefonia móvel e frequentemente fica incomunicável.

As ocupações ilegais e grilagem de terras são uma constante ameaça às comunidades tradicionais, embora estejam localizados em uma área protegida são constantes os episódios de invasão, venda ilegal de imóveis, o desmatamento para construção de residências de veraneio por pessoas externas à comunidade. Os conflitos fundiários tornam-se fator agravante e comprometedor do sucesso da gestão territorial das áreas protegidas (VIANNA, 2008), conseqüentemente dificulta a implementação de políticas públicas de desenvolvimento, especialmente pela ineficácia do poder público em gerir as medidas propostas pelo sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a lei que protege também torna-se excludente quando colocam as comunidades tradicionais como obstáculos aos objetivos das UCS.

Concernente às oportunidades, foram identificadas incipientes iniciativas de ordenamento do turismo promovidas pelos órgãos ambientais, projetos de extensão universitária promovidos pela Universidade do Estado do Amazonas e organizações do terceiro setor que integram o conselho gestor da RDS Puranga Conquista e o Fórum de Turismo de Base Comunitária, ambos atuantes naquela comunidade. Os princípios da autogestão e autonomia social são imprescindíveis para a efetividade e eficácia das propostas de turismo para as comunidades ribeirinhas, nesse sentido, deve-se levar em consideração as particularidades locais quanto aos fatores intrínsecos à formatação dos produtos turísticos, à gestão dos empreendimentos, às estruturas sociais voltadas à governança do turismo, ao adequado uso dos bens e recursos turísticos de forma a satisfazer as necessidades dos turistas e dos moradores locais. Os princípios do TBC preconizam a participação comunitária e a gestão participativa como meio de promover resultados que atendam aos anseios da comunidade receptora. (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009)

Embora alguns dos fatores externos sejam de difícil mudança no curto prazo, ainda podemos considerar a relevância dos aspectos positivos das potencialidades locais para a atividade turística, da existência da disponibilidade dos agentes do mercado para a realização de novos investimentos no turismo na comunidade que podem promover o desenvolvimento local e, estimular a cadeia produtiva de produtos associados ao turismo como a produção de artesanato e cosméticos.

Os resultados obtidos até o presente momento materializaram-se por meio da confecção do diagnóstico do turismo local que nortearão as ações de intervenção futuras que deverão ser referendadas pelos comunitários interessados em aperfeiçoar suas práticas turísticas e desenvolver novos produtos no segmento seguindo o modelo de gestão do Turismo de Base Comunitária. Ao final do trabalho, foram elaborados materiais informativos sobre a comunidade e a oferta turística local, para além dos resultados práticos, espera-se ampliar as discussões científicas e acadêmicas sobre a atividade turística da comunidade.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O turismo comunitário não se propõe como uma panaceia para resolver as questões de desigualdades regionais e os problemas gerados pelas ações antrópicas resultantes dos processos produtivos e de consumo, ademais, deveria buscar, simplesmente, orientar estratégias sustentáveis para as comunidades tradicionais, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados.

A realização do inventário foi extremamente enriquecedora, pois permitiu uma aproximação da realidade da comunidade e o turismo local, além de proporcionar a interação entre estudantes, professoras e profissionais de diversificadas áreas e instituições que contribuíram para a identificação das características da oferta, formação para as boas práticas do turismo comunitário e a análise da situação do turismo na comunidade Bela Vista do Jaraqui.

O diagnóstico revelou que o segmento mais explorado é o turismo de natureza, apesar das potencialidades locais para o desenvolvimento do turismo sustentável, além da predisposição dos comunitários para a prática do turismo comunitário a partir do planejamento turístico e o envolvimento social juntos aos projetos propostos e o fortalecimento dos grupos sociais constituídos, com estímulo ao envolvimento dos grupos sociais existentes nos processos políticos que determinam os rumos para a comunidade e o uso dos recursos do seu território.

A melhoria da infraestrutura local e da oferta turística para estruturar os produtos de forma a promover o melhor aproveitamento dos recursos, naturais e culturais. Adoção de canais de distribuição e promoção turística mais adequados ao turismo sustentável que se mostra como o mais indicado para as áreas protegidas.

O histórico de disputas territoriais, as políticas de criação de unidades de conservação e as mudanças ocorridas ao longo dos anos na tentativa de adequação dos instrumentos legais aos objetivos de conservação ambiental e respeito as territorialidades humanas na RDS Puranga Conquista implicaram em grandes transformações no modo de vida dos moradores da comunidade Bela Vista do Jaraqui. A implantação de projetos de turismo comunitário é percebida como alternativa viável pelos moradores que esperam obter melhorias para a comunidade a partir do maior conhecimento sobre o turismo comunitário e o mercado, para criar oportunidades de valorização da cultura e dos recursos ambientais.

A atuação dos moradores nos órgãos colegiados favorece a criação de estratégias de gestão mais adequadas à realidade e às necessidades da comunidade. Dessa forma, o envolvimento no Fórum de Turismo de Base Comunitária e os conselhos gestores da RDS Puranga Conquista possibilita um diálogo direto entre os principais interessados quais sejam: poder público, os agentes do trade turístico que atuam na comunidade, os organismos do terceiro setor e a academia que desenvolvem projetos na comunidade, assim como as lideranças comunitárias que são os interlocutores da comunidade.

A participação social na gestão do turismo na Amazônia ainda representa um grande desafio, assim como em outras áreas, isso nos revela a necessidade de imprimir os sentidos humanistas no modo de fazer política, no pensar e fazer acadêmico, nas práticas comerciais, imprimindo valores e virtude do respeito mútuo, tolerância e convivência pacífica entre os distintos atores do turismo, com a responsabilidade ética permeada pelos esforços de promover a democracia participativa, a inclusão social, o respeito ao meio ambiente e ao multiculturalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, SEMA. Termo de referência de elaboração do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista e revisão do Plano de Gestão do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul-AM. Manaus: SEMA, 2016.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69 (3. ed., 2001).

BURSZTYN, I. Comercialização no Turismo de Base Comunitária: inovar é preciso! IN: COSTA NOVO, C.B.M; CRUZ, J.G. (Orgs.). Turismo Comunitário – reflexões no contexto amazônico. Manaus-AM: EDUA, 2014.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, R., SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, R. C. A. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2001.

FURTADA, S.; ITABORAHY, W. Redução de Parque viabiliza criação da Reserva de desenvolvimento Sustentável, em Manaus. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/reducao-de-parque-viabiliza-criacao-da-reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-puranga-conquista-em-manaus>. Consulta em 16 agosto de 2020.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Nosso patrimônio ameaçado: como as unidades de conservação estão em risco. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Dossie-UCS_-Imazon.pdf. IMAZON, 2018. Consulta em 15 de agosto de 2020.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLLO, R., SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KRONEMBERGER, D. Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: